

## **A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina: a questão indígena formulada por José Carlos Mariátegui**

John Kennedy Ferreira\*

Durante a realização do VI Congresso da Internacional Comunista (IC), em 1928, foi aprovada a convocação da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. O objetivo desta reunião era dar impulso à criação de Partidos Comunistas no continente e fortalecer o relacionamento entre o Comintern e seus afiliados, considerando a grave crise que vesperava o capitalismo. O encontro contou com a presença de 35 delegados e dirigentes da Internacional Comunista, e os trabalhos foram coordenados pelo destacado dirigente italo-argentino, Victório Codovilla. (Löwy, 1999. p21)

A pauta das discussões foi organizada em oito pontos. José Carlos Mariátegui foi encarregado de apresentar três: *Antecedentes e desenvolvimento da ação Classista; O problema das raças na América Latina e Ponto de vista antiimperialista*. Mas, por conta de sua enfermidade, José Carlos Mariátegui não pôde estar presente. Estes pontos foram apresentados pela delegação peruana, composta pelo líder sindical Júlio Portocarrero e pelo médico Hugo Pesce. Como observa Leila Escorsim, tratava-se de uma primeira reunião convocada para debater a situação política e a organização partidária. Durante este debate, foram feitos acordos e ocorreram desacordos entre os participantes. (PCEr, 2007)

O encontro envolvendo o ponto de vista do Secretariado e da delegação peruana é motivo de ampla polêmica e tem gerado um volume imenso de opiniões, especulações e discussões. Muitas delas apontam para uma possível ruptura entre Mariátegui e a III Internacional (Bellotto & Correa, 1982; Alimonda, 1983; Quijano, 1981; Kohan, 1998; Löwy, 1999).

Pode-se notar que houve diferenças sobre a participação ou não dos comunistas peruanos no plebiscito envolvendo os territórios de Tacna e Arica, perdidos na Guerra do Pacífico<sup>1</sup>, uma vez que o tratado de paz colocava a possibilidade de uma consulta junto à população local, para pronunciar-se sobre qual país detinha a soberania sobre estes territórios. Os comunistas peruanos não viam o plebiscito como importante para o proletariado (Quijano, 1991: p.198).

Igualmente, Escorsim chama atenção para o fato de que o centro do debate programático teve como pauta a separação feita pelo Partido Socialista do Peru (PSP) entre programa “*mínimo e máximo*”, e que foi proposta pela Internacional a mudança de tal item. Houve ainda a proposta de mudança do nome de PSP para Partido Comunista do Peru, sendo que estes debates transcorreram sem qualquer sanção aos peruanos e foi acatada um pouco depois do encontro de Buenos Aires, com a participação de Mariátegui em 4 de março de 1930, não legitimando as versões (Löwy, 1999) segundo as quais a mudança de nome do partido tinha se dado em um ambiente tenso e carregado. (Escorsim, 2006: p.276).

Na convocação para a Conferência de Buenos Aires, feita pela *La Correspondencia Sudamericana*, aparecia como tema a questão camponesa, mas não era mencionado o problema das populações indígenas. Victório Codovilla pediu a Mariátegui que preparasse um

---

\* Professor das Faculdades de Guarulhos e da PM São Paulo e Mestre em Ciências Políticas- PUC/SP - Pesquisador do Neils

<sup>1</sup> conflito ocorrido entre 1879 e 1881, Tendo o Chile às forças conjuntas da Bolívia e do Peru. Ao final da guerra o Chile anexou ricas áreas em recursos naturais de ambos os países derrotados

documento sobre a luta dos indígenas pela sua emancipação. Esta solicitação foi feita por se saber que Mariátegui tinha um estudo sério, respeitável e um conhecimento profundo sobre o tema indígena. Mariátegui era, naquele momento, o único militante comunista capaz de apresentar um ponto de vista à Internacional Comunista, no tocante à questão indígena, que pudesse auxiliar na construção de sua estratégia (PCEr, 2007)

No VI Congresso, a IC tinha chamado atenção para o contingente expressivo de negros que havia em países da América Latina, como Brasil, Cuba e outros, inclusive em maior porcentagem que nos Estados Unidos. A discussão se centrou inicialmente no trabalho do negro e dos chineses nas plantações e nos problemas da imigração, concluindo que os PCs deveriam organizar programas para os trabalhadores emigrados. Em Buenos Aires, o debate foi mais amplo e profundo do que o realizado no congresso em Moscou. Hugo Pesce declarou a necessidade de um estudo objetivo do problema das etnias baseado no marxismo, com uma compreensão clara da luta de classes, uma linha revolucionária em consonância com a Internacional Comunista. No debate se apresentaram duas linhas divergentes: a abordagem que colocava a questão indígena como questão nacional e de autodeterminação dos povos e o documento de José Carlos Mariátegui que apresentava a questão indígena-camponesa como questão de classe. (Quijano, idem: p.199)

Foi a Internacional Comunista que, pouco depois de sua fundação, lançou o debate aos partidos comunistas sobre a necessidade de implementar uma política diferenciada para as etnias marginalizadas. No momento da realização da conferência de Buenos Aires, a posição da Internacional Comunista compreendia que as questões étnicas constituíam nacionalidades. Até então, a fórmula de autodeterminação dos povos era vista como válida para solucionar o problema étnico. Essa formulação tinha ajudado a IC a compreender como a particularidade étnica influenciava a experiência e a consciência de classe. Só a partir do debate em Buenos Aires os comunistas puderam compreender de maneira mais ampla a situação social e política das grandes massas étnicas diferenciadas e incorporá-las ao debate sobre a revolução socialista. José Carlos Mariátegui mostrou que havia um mal entendido, que a questão indígena não conformava necessariamente problema de ordem nacional, podendo, no caso latino-americano, ser de ordem social.

O debate envolvendo a questão étnica na IC tinha como origem a referência aos negros da África do Sul e do sul dos Estados Unidos, porque os comunistas locais - brancos - resistiam em organizar a população negra. Os comunistas destes países adotavam atitudes racistas semelhantes às das classes dominantes. No V Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1924, as discussões sobre a questão negra começaram a distanciar-se da análise de classe para se centrar na questão nacional. A Internacional Comunista propôs que suas agremiações defendessem a igualdade social para as minorias étnicas, as quais formavam nações e, portanto, também tinham direito à sua autodeterminação. Esta linha política possibilitou um amplo crescimento do PC nos Estados Unidos e, especialmente, na África do Sul. O PCA se colocou na direção política do Congresso Nacional Africano e seu êxito se converteu em um modelo de aplicação geral para o trabalho, nos países coloniais e semicoloniais.

Já no VI Congresso, no debate sobre o papel das etnias na luta revolucionária, ficou resolvido que um dos trabalhos mais importantes dos PCs era a completa igualdade para os negros, pelo fim de qualquer desigualdade social, econômica e política. O programa, que foi aprovado, reconheceu o direito de todas as nações e raças à autodeterminação. Ficou decidido que os negros da África do Sul e dos Estados Unidos constituíam nacionalidades submetidas e foi proposto que os comunistas locais organizassem os movimentos de libertação nacional pelo seu Estado autônomo. O VI Congresso concluiu que havia semelhanças entre a questão negra na África do Sul, nos Estados Unidos e a questão negra e indígena na América Latina.

Portanto, houve transposição do modelo de autodeterminação dos povos para a questão indígena, propondo assim a criação de uma república das nações quéchua e aymara na região andina. (PCEr, 2007).

No encontro de Buenos Aires, os comunistas latino-americanos voltaram a discutir se a opressão étnica era um assunto de classe, de etnia ou de nacionalidade. Mariátegui contribuiu ao reabrir o debate com amplo estudo em seu texto *O problema das raças na América Latina*. Neste opúsculo sustentou que a questão indígena era um assunto centrado na luta de classe, e só poderia ser solucionado com amplas modificações no regime de propriedade agrária, que poria fim à distribuição desigual e superaria o feudalismo no campo peruano. O estudo de Mariátegui registrava que a pobreza e a marginalização indígena deviam-se, fundamentalmente, à ocupação de suas terras pela ação feudal.

Para o escritor peruano, a questão étnica obnubilava o problema central, a exploração de classe, que originava (originária, não ficaria melhor?) da distribuição desigual da terra. Mariátegui concluía que o problema dos índios só seria solucionado com a destruição do feudalismo. Para ele, a interpretação da questão étnica, em termos de classe, atribuiria aos indígenas e negros um papel fundamental na emancipação do proletariado local e mundial.

Em seu texto *O problema das raças*, Mariátegui manifesta uma confiança no potencial revolucionário do campesinato indígena: “Uma consciência revolucionária indígena tardará a se formar mas, quando o índio tiver feito sua a idéia socialista, ele a servirá com disciplina, tenacidade e força que poucos proletários de outros meios poderão superá-lo”. (Mariátegui, 1982: p. 74)

Como bem percebeu Escorsim, esta idéia também é um reflexo e avanço de sua obra *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, na qual argumentou que “a esperança indígena es absolutamente revolucionaria. El fator indígena se convertirá em um fator revolucionário y por eso enfatizó que la lucha indígena tenía que poseer um caráter neto de lucha de classes” (Escorsim, idem: p.276). O documento de Mariátegui sustentava que, sem os índios, o Peru não existiria, e que eles eram figuras fundamentais para a construção da identidade nacional, uma sociedade socialista só podia lograr com a incorporação do povo indígena. Igualmente: “Quando se fala da peruanidade, deveria ser investigado se essa peruanidade compreende os índios. Sem o índio não existe peruanidade possível”. Mariátegui partia da premissa que as repúblicas andinas estavam baseadas nos princípios plantados pelos colonizadores e nos seus descendentes; os colonizadores eram o cimento do Peru atual, e os índios seriam o cimento da nacionalidade socialista em formação.

O texto observa que só a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco contra o regime feudal e capitalista, pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais indígenas. A agudização da luta de classes, baseada no espírito coletivo dos indígenas e no seu desenvolvimento nacional, dissolveria as fronteiras nacionais e levaria à autonomia política de toda sua raça. (Mariátegui, idem: p. 72)

Portanto os comunistas têm que convencer os indígenas e os negros de que só um governo “encabeçado pelos proletários e camponeses representativos de todas as etnias, poderia emancipá-los de sua opressão”. (Mariátegui, idem: p.74). O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e de uma cultura, que apontam em sua origem para a construção do socialismo. (Mariátegui, idem: p.55)

O estudo de Mariátegui partia do Peru, com especial atenção aos indígenas, e desenvolvia abordagem sobre o papel dos negros, mestiços e mulatos. Mariátegui julgava que os negros na América Latina não se encontravam no mesmo nível de discriminação racial dos negros dos Estados Unidos. A situação dos negros, na América Latina, era algo mais complicado, isto

porque sua interação com a cultura dominante estava mediatizada pela presença mulata em todas as classes sociais, particularmente em países como Haiti e República Dominicana. De igual forma, o estudo de Mariátegui negou que a luta dos negros fosse uma questão de autonomia nacional, como havia determinado o PC dos Estados Unidos e depois o PC do Brasil em 1931, mas sim que respondia a questões sociais locais, vinculadas à luta de classes. Igualmente, julgava que esta problemática, de maneira menos explícita que a indígena, constituía identidade além das fronteiras nacionais. (Mariátegui, idem: p.65)

Por tudo isso, Mariátegui se opunha à construção de repúblicas nativas e negras no continente. A seu ver, a construção de um estado autônomo não significaria um estado indígena proletário ou um estado indígena sem classe, mas resultaria num Estado indígena burguês, com todas as contradições internas e externas dos estados burgueses (Quijano, idem: p.199). Mariátegui continuava: “Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderia dar um sentido real à libertação de sua exploração, favorecendo as possibilidades da autodeterminação política” (Mariátegui, idem: p.71). Apesar do amplo debate, não houve votação nem desautorização da opinião dos peruanos (Escorsim, idem: p.278).

Ampla polêmica nasceu sobre a I Conferência e a possível submissão e marginalização da delegação peruana, por conta da autonomia de suas idéias, levaria Mariátegui a refletir sobre a iminente derrota e planejar se retirar de Lima para viver em Buenos Aires (Alimonda, 1983: p.72). O que se pode concluir é que havia polêmicas sobre os pontos de vista, especialmente no que tange à tática de revolução desenhada por Mariátegui e ao papel dos camponeses indígenas. Estas questões estiveram em pauta, mas não houve nenhuma moção de censura ou sanção à delegação peruana ou às suas idéias. (Escorsim, idem: p.281) Em carta de Hugo Pesce à Mariátegui, datada de 25 de junho de 1929, este narra sua opinião:

La discusión durante el Congreso así como en sesiones de Comité, se ha desarrollado, inútil es decirlo, dentro de un ambiente de la más franca camaradería, no sólo, sino que, contrariamente a suposiciones hechas por compañeros peruanos desterrados, ha habido la mayor comprensión de nuestros problemas, y un verdadero espíritu de cooperación por parte de los dirigentes” (PCEr, 2007).

Com certeza, o caminho desenhado pela IC se distanciou das análises feitas até aquele momento por Mariátegui, mas nada pode ser dito ou extraído além dos dados narrados.

## **Conclusão**

José Carlos Mariátegui, um dos fundadores do marxismo latino-americano, tomou a questão indígena como centro de sua atenção. Ora, qual deveria ser a preocupação de um marxista peruano? Contextualizando a luta de classe dentro do universo que compunha o seu mundo peruano e andino, sem dúvida, sua preocupação era a questão indígena. Mariátegui não poderia se referir ao proletariado, levando em consideração os mesmos componentes sociais que a industrialização possibilitou à análise de Marx. Com efeito, o marxista peruano sustentava que “nuestro socialismo no sería pues, peruano – ni siquiera socialismo –, si no se solidarizase primeiramente com las reivindicaciones indígenas” (Mariátegui *apud* González, 1994: p.34).

De igual maneira, o pensador peruano teve claro que o socialismo não podia ser reprodução mecânica, “não queremos, certamente que o socialismo seja na América plágio e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indu-americano. Eis aqui uma missão digna de uma geração” (Mariátegui, 1982: p.93)

Mariátegui estava consciente de que o socialismo era uma doutrina de origem européia, mas que sintetizava as aspirações humanitárias de imensas culturas contemporâneas e ancestrais;

por isso a comunidade incaica era depositaria de elementos favoráveis para desenvolvimento do projeto socialista. Desta forma, o socialismo na América Latina teria que levar em consideração as especificidades étnicas deste universo cultural. Se, até então, o marxismo não havia dedicado grande atenção e estudos a questão sul americana, coube à geração marxista e a José Carlos Mariátegui a imprescindível clareza da importância de enfrentar este complexo cultural e multi-étnico latino-americano.

O socialismo não é certamente uma doutrina indu-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é nem o pode ser. O socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é, tampouco, específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental” (Mariátegui, idem: p.93)

Mariátegui observou que a evolução social não era linear e o desenvolvimento das forças produtivas não era fator imanente às raças, podendo ser construída, e desconstruída, pela relação de intercâmbio ou de conflito entre os povos. Igualmente, chamava atenção de que em países como Peru, Bolívia e Equador, a grande parte da população estava duplamente excluída pelo fator de raça e de classe: “Nestes países o fator raça complica-se com o fator classe, de forma que uma política revolucionária não pode deixar de tê-los em conta” (Mariátegui apud Bellotto & Correia: p.56)

O processo de reconstrução nacional pensado por Mariátegui era profundamente imbricado com o ambiente cultural peruano e latino-americano, dando atenção estratégica a uma recomposição das forças políticas e espirituais, capazes de transformar a realidade. Para Mariátegui, a sociedade é decomposta para ser reconstruída, o agente histórico dessa recomposição é o proletariado junto a seu aliado, o camponês, que, no caso andino, é o índio. Isso é traduzido num projeto político de longo alcance no qual a revolução e o socialismo são mitos naturais de um retorno coletivo ao futuro.

## Referências

- ALIMONDA, Héctor (1983). *José Carlos Mariátegui*. Col. Encontro Radical. São Paulo: Brasiliense.
- BELLOTTO, M & CORRÊA M ANNA (1982). “Introdução- Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano”. In: *José Carlos Mariátegui*. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ed. Ática.
- ESCORSIM, Leila (2006) *Mariátegui – Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- GONZÁLEZ, Pablo Guadarrama. (1994). “Mariátegui y la actual crisis de marxismo”. Havana: *Revista La Gaceta de Cuba*, n.4
- KOHAN, Nestor (1998) Ni calco ni copia: Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Disponível em <http://www.boltxe.info>
- LÖWY, Michael (1999). *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_ (1999). “Marxismo e romantismo em Mariátegui”. *Revista Teoria e Política* n.41.
- \_\_\_\_ (2005). “Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião”. *Revista Estudos Avançados*, n.19
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1975). *Os setes ensaios de interpretação realidade peruana*. São Paulo: Ed. Alpha Omega,
- \_\_\_\_ (1982). In: BELLOTTO, Manuel & CORREA M. Anna (orgs). *Mariátegui*. (Col. Grandes Cientistas Sociais), São Paulo. Ed. Ática.
- \_\_\_\_ (1989). *El defesa del marxismo*. Lima: Ed. Amauta
- \_\_\_\_ (1991) in: QUIJANO, A. (cop). *José Carlos Mariátegui: Textos Básicos*. Lima/México/Madrid: Fondo de Cultura Económico

Janeiro: Paz e Terra.

PCE(r). 2007. JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI. Disponível em <http://www.Antorcha.org>

PERICÁS, Luiz B (2006). “Mariátegui e a questão da educação no Peru”. Revista Lua Nova, n. 68.

\_\_\_\_ (2007) Mariátegui Sobre a Educação, introdução in Mariátegui Sobre a Educação Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo. Editora Xamã.

\_\_\_\_ (2005) Do sonho às coisas: retratos subversivos, Introdução, in Do sonho às coisas: retratos subversivos, Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo.

QUIJANO, Aníbal. (1991). Prólogo. In: Quijano, Anibal (org). José Carlos Mariátegui: Textos Básicos. Lima/México/Madrid: Fondo de Cultura Econômico.

Textos Marxistas I, II, III, IV Congressos da III Internacional. Disponível em <http://br.geocities.com/ftqibl/classicos/index.htm>